

Pulsão de morte, da guerra à necropolítica

*Richard Couto**
*Leila Andrade de Souza***

RESUMO

Neste trabalho, articularemos pulsão de morte e guerra segundo a psicanálise freudiana. A partir de um recorte da barbárie nazista, apresentaremos a relação da teoria pulsional com as massas e seu líder em tempos de guerra, até chegar à noção de necropolítica como meio de continuidade da guerra em tempos de paz.

Palavras-chave: PULSÃO DE MORTE; GUERRA; NAZISMO; NECROPOLÍTICA.

Death drive, from war to necropolitics

ABSTRACT

In this work we will articulate death drive and war according to Freudian psychoanalysis. Starting from a snippet of Nazi barbarism, we will present the relationship of the instinctual theory with the masses and their leader in times of war, until arriving at the notion of necropolitics as a means of continuity of war in times of peace.

Key words: DEATH DRIVE; WAR; NAZISM; NECROPOLITICS.

Pulsión de muerte, de la guerra a la necropolítica

RESUMEN

En este trabajo articularemos la pulsión de muerte y la guerra según el psicoanálisis freudiano. Partiendo de un fragmento de la barbarie nazi, presentaremos la relación de la teoría instintiva con las masas y su líder en tiempos de guerra, hasta llegar a la noción de necropolítica como medio de continuidad de la guerra en tiempos de paz.

Palabras clave: PULSIÓN DE MUERTE; GUERRA; NAZISMO; NECROPOLÍTICA.

Introdução

A proposta de reflexão neste trabalho é a de articular a pulsão de morte à guerra segundo a obra freudiana, perpassando pela linguagem da propaganda e do horror dos campos de concentração nazistas, ressaltando a formação das massas até desembocar na necropolítica nos supostos tempos de paz.

A questão que se impôs em nossa pesquisa partiu da perplexidade diante dos horrores da guerra como um interdito de saber. Nada mais indizível nos pareceu do que a prática nazista da produção de cadáveres em escala industrial.

A partir daí, passamos a nos questionar sobre como a pulsão de morte proposta por Freud em 1920 poderia explicar uma época tão terrível da história da humanidade. Em

* Psicanalista. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicanálise, Saúde e Sociedade (UVA).

E-mail: richardmoz@gmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6794-379X>

** Psicanalista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicanálise, Saúde e Sociedade (UVA).

E-mail: leilaandrades@gmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-7861-6832>

desdobramento, questionamos se seria possível haver um funcionamento psíquico que nos apontasse como nos proteger de uma nova incursão do totalitarismo em nossos dias? E mais, haveria no horror dos cadáveres sem morte dos campos algo que pudesse apontar para semelhante destruição e segregação em tempos de paz?

Assim, passamos a pesquisar inicialmente sobre os fatos ocorridos na Alemanha nazista que mergulharam o mundo na guerra. Decidimos pelos autores que se dedicaram à pesquisa documental, principalmente àqueles que estudaram os diários de integrantes da cúpula nazista, entrevistaram amigos e pessoas que conviveram com eles e analisaram registros internos da burocracia do Terceiro Reich. Os fatos nos dariam um panorama das pessoas envolvidas diretamente nas atrocidades e talvez até revelasse um fio condutor para algum grau de compreensão de seu psiquismo. Por questões meramente de apresentação, decidimos não começar o artigo por esta parte, mas sim pela teoria psicanalítica freudiana a respeito da pulsão de morte.

Assim, partimos de uma revisão bibliográfica, principalmente em *Mais-além do princípio do prazer* (1920), onde Freud apresenta a segunda dualidade pulsional a partir da compulsão à repetição, em que destacaremos a neurose de guerra.

Sobre a visão da guerra na obra freudiana, utilizamos *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (1915), em que a desilusão com a noção de civilização abala a dicotomia entre povos primitivos e civilizados; a correspondência com Einstein, de 1932, em que Freud aponta uma relação entre direito e violência, e *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), ampliando a visão psicanalítica do tema além de permitir importante articulação com *Mal-estar na cultura* (1930).

Quanto à discussão sobre os tempos atuais e os tempos de paz, seguimos a noção de necropolítica, como propõe o filósofo camaronês Achille Mbembe, sobre as estratégias de morte e soberania de um Estado, como formas de subjugar a vida ao poder da morte.

Desejamos que este trabalho possa servir como um ponto de discussão mais para o presente do que para o passado e que possa apresentar uma contribuição da psicanálise contra a segregação, o ódio e o totalitarismo nos laços sociais.

Pulsão de morte e o segundo dualismo pulsional

O conceito de pulsão tem sua construção em todo percurso da obra freudiana, assumindo “com precisão seu verdadeiro estatuto [...] com a noção de pulsão de morte, introduzida por Freud em 1920” (Jorge, 2010, p. 121).

Entendida como o representante psíquico de uma fonte endossomática de estímulos que não param de fluir, a pulsão está na “demarcação entre o psíquico e o anímico” (Freud, 1905/2011a, p. 67). Pertencente ao mundo interior, ela atua “como uma força constante” (1915/2011c, p. 40), o que torna impossível suprimi-la pela fuga.

Em seu percurso, Freud propôs duas dualidades pulsionais: a primeira, entre as pulsões do eu (de autoconservação) e as pulsões sexuais; a segunda, entre pulsão de vida e pulsão de morte, marcando o aspecto dual de sua obra e da própria economia pulsional.

A pulsão de morte foi apresentada no *Mais-além do princípio do prazer* (1920), situado na virada de uma tópica para outra, indicando sua importância propulsora. Esta nova dualidade pulsional é subsidiária de uma Europa assolada pela Primeira Guerra Mundial, quando Freud foi chamado a opinar sobre os traumatizados pela guerra, que aos borbotões não tinham condições de retornar ao *front*, frustrando um Estado voltado para a destruição.

Freud avalia que o princípio do prazer não domina os processos psíquicos e a morte é o único “objetivo da vida” (Freud, 1920/2011e, p. 160), deixando à pulsão sexual o papel de retardar o inexorável objetivo.

Os encontros com o desprazer surgem “nos conflitos e cisões dentro do aparelho psíquico” (Freud, 1920/2011e, p. 124) e encontrariam uma saída no ganho secundário do sintoma, “certamente todo desprazer neurótico é desse tipo, é prazer que não pode ser sentido como tal” (Freud, 1920/2011e, p. 124).

Ao investigar os sonhos na neurose traumática, temos “que o doente sempre retorna à situação do acidente, da qual desperta com renovado terror” (Freud, 1920/2011e, p. 126), ele fica fixado no trauma, preso ao desprazer.

O sintoma da neurose traumática é reviver a cena em sonho ou em pensamentos indesejáveis. Surgia uma nova “modalidade de sofrimento [...] de tons bem mais sombrios do que os do sofrimento histórico” (Rudge, 2009, p. 37). Assim, “O trauma é, pois, o impacto de um acontecimento sobre um psiquismo singular” (RUDGE, 2009, p. 39), uma vez que cada sujeito responde de uma forma singular, ainda que diante da guerra, a saber, de um mesmo evento.

Para Freud, a neurose de guerra é um tipo de neurose traumática. Nesta perspectiva, “a noção de neurose de guerra está ligada ao conceito de trauma quando derivado da violência cruel e quase sempre assassina do outro” (Jaques, 2012, p.11).

As neuroses de guerra são “possibilitadas ou favorecidas por um conflito do Eu” (Freud, 1919/2011d, p. 290), que se daria entre o “velho Eu pacífico e o novo Eu guerreiro” (Freud, 1919/2011d, p. 291), uma tentativa de proteção do velho Eu frente à grande ameaça à vida pela violência e destruição da guerra.

O que Freud recolheu da sua clínica com aqueles que sobreviveram e retornaram do *front* é que a neurose de guerra apontou para um excesso, um resto não assimilável diante da violência e para a compulsão à repetição na cena traumática, figurando como um dos meios de pesquisa de Freud para fundamentar a pulsão de morte no *Mais-além do princípio do prazer*.

A partir daí, Freud propõe outro princípio, anterior ao princípio do prazer, pois, a compulsão à repetição, descoberta fundamental para clínica, “quer nos parecer mais primordial, mais elementar, mais pulsional do que o princípio do prazer, por ela posto de lado” (FREUD, 1920/2011e, p. 135). Ele retoma o Princípio do Nirvana, de Barbara Low, como a tendência a levar o organismo a um nível zero de excitação, como na morte. Daí postular que “O princípio do prazer parece mesmo estar a serviço dos instintos¹ [das pulsões] de morte” (Freud, 1920/2011e, p.171).

O *Mais-além do princípio do prazer* marca o prelúdio do pensamento que culminará na segunda tópica do aparelho psíquico, descrita em *O eu e o isso* (1923), com as três instâncias psíquicas: Eu, Isso e Supereu.

Segundo Jorge (2010), Freud utilizou uma nomenclatura diversificada para a pulsão de morte. Ele a chamou de “pulsão de destruição ou destrutiva; pulsão agressiva; pulsão de apoderamento ou dominação” (Jorge, 2010, p.129). Para Jorge, a ênfase na dimensão da crueldade inerente à pulsão sexual “parece traduzir uma percepção precoce da pulsão de morte enquanto verdadeira pulsão de crueldade” (Jorge, 2010, p. 129) e não há momento mais propício para o estudo da pulsão de morte em sua vertente cruel e destrutiva como a guerra. É importante ressaltar que, na obra freudiana, a crueldade e a destruição aparecem como pulsões derivadas da pulsão de morte.

¹ Optamos por usar como referência a coleção das obras completas de Freud publicada pela Companhia das Letras. Apesar da escolha do tradutor para alguns termos técnicos, entendemos, contudo, que há outros mais apropriados para expressar a teoria freudiana, por isso nós os indicaremos entre colchetes logo após o termo usado pelo tradutor, como é o caso de “pulsão”, que foi traduzido como “instinto”.

A matança na guerra aumenta a coesão entre os irmãos de farda, ao mesmo tempo que permite a brutal hostilidade contra o inimigo. Em um grupo, pode-se amar arriscando a própria vida; no outro, é possível odiar do mesmo jeito.

O estranho torna-se um inimigo a ser aniquilado, é o “narcisismo das pequenas diferenças”. Fuks (2007) ensina que esta expressão foi apresentada pela primeira vez em *O tabu da virgindade* (1917). Lá, Freud partiu do exposto por Crawley sobre um “tabu de isolamento pessoal” que faz o indivíduo se separar dos outros, exatamente por suas pequenas diferenças, fundando o sentimento de estranheza e hostilidade. Poderíamos “derivar desse ‘narcisismo das pequenas diferenças’ a hostilidade que em todas as relações humanas combate vitoriosamente os sentimentos de solidariedade e sobrepuja o mandamento de amor ao próximo” (Freud, 1917/2013, p. 292).

O narcisismo também opera na formação das massas, como proposto em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). Lá, Freud destacou o fascínio, a servidão enamorada e a relação com o líder a partir da identificação, nossa primeira forma de amor.

É certo, pois, que a guerra aponta claramente a pulsão de morte em sua face destrutiva e cruel, modificando nossa relação com a morte. Freud indicará uma lógica beligerante, antevendo inclusive a ascensão de um dos mais bárbaros períodos da história da humanidade: o da ascensão do Nazismo como poder de Estado, criando um sistema de manipulação que sustentava a produção da morte em escala industrial.

Por que a guerra?

Desde a Primeira Guerra Mundial, conflito entre as potências de uma Europa branca, considerada evoluída e civilizada, “jamais um acontecimento destruiu tantos bens preciosos da humanidade, [...] e degradou tão radicalmente o que era elevado” (Freud, 1915/2010a, p. 157).

A partir da desilusão com a noção de civilização, Freud retoma a investigação pulsional, indicando que “não existe nenhuma ‘extirpação’ do mal. [...] todos os impulsos que a comunidade proíbe como sendo maus — tomemos como representativos os egoístas e os cruéis — estão entre os primitivos” (Freud, 1915/2010a, p. 163). E qualquer estado primitivo pode ser restabelecido, pois “o que é primitivo na alma é imperecível no mais pleno sentido” (Freud, 1915/2010a, p. 168). No inconsciente, os opostos convivem e coincidem. Não conhece a própria morte, mas deseja a do inimigo, “mata inclusive por ninharias; [...] cada ofensa ao nosso todo-poderoso e soberano Eu é, no fundo, um *crimen laesae majestatis*” (Freud, 1915/2010a, p. 179-180).

Ao indicar que os ditos impulsos primitivos, elemento pulsional que visa subjugar, dominar e aniquilar o outro, estão presentes no mais civilizado dos homens, Freud lança uma interrogação na pretensa superioridade europeia, branca e colonial, haja vista que a maior parte da população das grandes potências europeias ignorava completamente o que se passava nas colônias da África e da Ásia. Da pior forma possível, a população europeia soube da barbárie e do horror praticados e testados pelos exércitos coloniais das superpotências (Mbembe, 2020).

Mais tarde, em sua correspondência com Einstein, Freud propõe substituir poder por violência, “palavra mais nua e crua” (Freud, 1932/2005, p. 30). Aparentemente antagônicos, direito e violência compartilhariam suas origens, pois os conflitos de interesse seriam resolvidos primeiramente pela violência. Inicialmente, a superioridade muscular prevaleceria. A força logo seria substituída por instrumentos, pelo uso de armas, dando primazia à força intelectual. Agora armados, perseguiam os mesmos objetivos: ganhar a disputa e subjugar o mais fraco em serviços forçados, num estado de intimidação.

Na situação de dominação, abrir-se-ia o caminho para o direito, pois os subjugados poderiam unir-se contra a força bruta de um senhor e a lei seria a força da comunidade. “A única diferença reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade” (Freud, 1932/2005, p. 32). A “condição psicológica” para esta transição seria a estabilidade da comunidade, fruto dos “laços emocionais entre os seus membros” (Freud, 1932/2005, p. 33).

A partir desta violência, Freud relembra que pulsão de vida e pulsão de morte dificilmente encontram-se isoladas, mas em um amalgamado das duas. Os motivos destrutivos são facilitados pelos eróticos e idealistas, e a pulsão de morte se torna destrutiva ao dirigir-se para fora, a guerra é “certamente o desejo da agressão e destruição” (FREUD, 1932/2005, p. 39). Freud é categórico em admitir que “não há maneira de eliminar os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra” (Freud, 1932/2005, p. 42).

Mas a psicanálise tem muito a dizer sobre o potencial destrutivo da guerra, o que pode ser auferido por uma comunidade libidinalmente unida a um líder que propaga o ódio e impõe o horror.

Do ódio difundido ao horror confinado

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) trouxe a morte em escala industrial, quando a “solução final” foi expressão máxima da máquina de guerra e os campos de concentração tinham papel fundamental no horror nazista. O sociólogo Zygmunt Baumann, em seu livro *Modernidade e Holocausto* (1998), demonstra que, sem os avanços científicos, tecnológicos e industriais, conquistas tão caras à humanidade e marcas da modernidade e da civilização, o nazismo não seria possível, muito menos o holocausto.

Mas apenas os avanços científicos, tecnológicos e industriais e um partido político não seriam suficientes para sustentar a empreitada nazista, era preciso um líder. A força mortífera do nazismo é de uma brutalidade que impede nossa compreensão, é um interdito de saber. E a figura do chefe como representante do Outro sustentará o desejo da massa (Bursztem, 1998).

Freud propõe que a massa “instintivamente se submete a qualquer um que se apresente como seu senhor” (Freud, 1921/2011f, p. 21). O líder supre as necessidades dela, desde que ele mesmo esteja “fascinado por uma forte crença [...] tem de possuir uma vontade forte, imponente, que a massa sem vontade vai aceitar” (Freud, 1921/2011f, p. 21).

Os indivíduos na massa estão ligados pela libido, “as relações de amor [...] constituem também a essência da alma coletiva” (Freud, 1921/2011f, p. 34). Na ligação libidinal com o chefe e entre os irmãos, o indivíduo, assim como o amante, perde sua liberdade e segue a massa incondicionalmente. A massa cativa os indivíduos porque se torna uma defesa contra a angústia, ou ao menos, protege os indivíduos por um tempo.

Essa ligação libidinal pode ser abalada abruptamente na relação com o líder, gerando a ruptura dos laços sociais do grupo. Referimo-nos ao fenômeno do pânico, que se daria porque “As ligações mútuas cessaram, e uma angústia enorme e sem sentido é liberada” (Freud, 1921/2011f, p. 38), lançando o sujeito novamente no desamparo.

Assim é que a união na massa se dá pela identificação, a primeira forma de amor e sua desintegração pelo rompimento dos laços afetivos. Mas, quando integrada, o desamor ficará do lado de fora: para os “infiéis” e os “inimigos” apenas a intolerância. De cunho religioso ou não, “Se outra ligação de massa toma o lugar da religiosa, [...] ocorre a mesma intolerância com os de fora” (Freud, 1921/2011f, p. 41).

No nazismo, a imagem do líder fundou-se no “mito da pertinência a uma raça superior, [...] destinada a dominar a terra, [e] forneceu, num grau até então desconhecido, uma

promessa inaudita de gozo [...] sob a forma de um delírio” (Bursztem, 1998, p. 15). E, segundo Adorno, “Não é exagero dizer que Freud, apesar de pouco interessado na fase política do problema, claramente previu a origem e a natureza dos movimentos fascistas de massa em categorias puramente psicológicas” (Adorno, 1951, p. s/n).

É fundamental apontar o papel da propaganda na ideologia nazista como condição para substituir a cultura alemã pela propaganda racial. Segundo Bursztem (1998, p. 18), “a tirada bem conhecida de Goering – ‘Quando ouço a palavra ‘cultura’, saco meu revólver’ – não é uma brincadeira, e sim a expressão da mudança que se operou, naquela época, na Alemanha”.

O ideal nazista não poupava sequer as crianças, através de uma educação tão calculada quanto a propaganda e a cultura eram para os adultos. A propaganda de Goebbels criou a imagem de Hitler como um novo salvador da Alemanha, um novo Bismarck, o primeiro-ministro prussiano que unificou a nação e criou um império (*Reich*) em 1871.

Segundo Longerich (2014), Goebbels não tinha intenção de criar a propaganda em termos argumentativos. Interessava-lhe particularmente ter sucesso junto às massas, nas palavras dele: “Berlim precisa de sensacionalismo como o peixe precisa da água. Esta cidade vive disso, e toda propaganda política que não o levar em conta está fadada ao fracasso” (Goebbels citado por Longerich, 2014, p. 104) e ainda: “Ela [a propaganda] só tem um objetivo: e esse objetivo na política é sempre a conquista das massas” (Goebbels citado por Longerich, 2014, p. 105).

É bem verdade que Hitler, em *Mein Kampf* (Minha luta), livro em dois volumes, dos quais o primeiro escrevera na prisão, em 1924, depois de ser capturado por tentativa de golpe na Baviera, já apontava com clareza as bases de uma propaganda de guerra:

A arte da propaganda reside justamente na compreensão da mentalidade e dos sentimentos da grande massa. Ela encontra, por forma psicologicamente certa, o caminho para a atenção e para o coração do povo. Que os nossos sabidos não compreendam isso, a causa está na sua preguiça mental ou no seu orgulho. Compreendendo-se, a necessidade da conquista da - grande massa, pela propaganda, segue-se daí a seguinte doutrina: É errado querer dar à propaganda a variedade, por exemplo, do ensino científico (Hitler, 1924 [1925], p. 171).

A partir de sua propaganda, o nazismo chegou a construir uma linguagem específica do Terceiro Reich, que penetrou e se consolidou na sociedade alemã, embrenhou-se “na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões ou frases, impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas mecanicamente” (Klemperer, 2009, p. 58-59).

Foi uma estética “terrivelmente uniforme, em todas as suas manifestações” (Klemperer, 2009, p. 52) e pobre por princípio. Desde *Mein Kampf*, a bíblia do nacional-socialismo, estavam delineadas suas características essenciais, “a linguagem desse grupelho se transformou em linguagem popular” (Klemperer, 2009, p. 64), dominou a linguagem civil e militar, corrompendo todos os setores.

O fanatismo nazista alcançou o sentimento mais profundo da massa na união com seu líder. Segundo Adorno, “o amor foi relegado à noção abstrata de *Alemanha* e raramente mencionado sem o epíteto de ‘fanático’, pelo qual mesmo esse amor obtinha um tom de hostilidade e agressividade contra aqueles que ele não englobava” (Adorno, 1951, p. s/n). Adorno aponta ainda que “Um dos princípios básicos da liderança fascista é manter a energia libidinal primária em um nível inconsciente, [desviando] suas manifestações [...] a fins políticos” (Adorno, 1951, p. s/n).

No contexto das massas, podemos dizer que a linguagem do Terceiro Reich “nos momentos culminantes, é uma linguagem de fé, já que visa ao fanatismo” (KLEMPERER,

2009, 183). O fanático não é apenas um seguidor, um integrante do grupo, ele é apaixonado, incontrolável, divinalmente inspirado.

O fanatismo foi o meio pelo qual o ódio institucionalizado da propaganda fez operar a pulsão mortífera amplamente deflagrada, repetida e autorizada nos campos de concentração. O sucesso da propaganda de Joseph Goebbels foi acompanhado pelo sucesso de Heinrich Himmler à frente da SS (*Schutzstaffel*), “Sem o homem que estava em sua direção não é possível explorar de modo abrangente essa organização heterogênea, radical e em constante expansão” (Longerich, 2013, p. 12-13).

Merece destaque uma anotação de Himmler em seu diário ao decidir por um pseudônimo para escrever idéias peculiares e contrárias à política da época, minimizando o temor que sentia de acabar parando na prisão: “De modo que decidi cercar meu cérebro com arame farpado e escrever em um dócil ‘estilo burguês’” (Himmler citado por LONGERICH, 2013, p. 80). Confinado por arame farpado para não sair livremente, Himmler aponta desde cedo o modelo mais seguro para aprisionar idéias perigosas, deixando ao estilo dócil o único meio de tentar sobreviver.

A *Schutzstaffel* (SS), ou “Tropa de Proteção”, foi a responsável pelo uso industrial de um espaço de horror confinado que implementava a política racial nazista em sua máquina de guerra: os campos de concentração. Eles existiram de 1933 a 1945, com três tipos de propósitos: concentração de prisioneiros, trabalho escravo e extermínio (Evans, 2011). Porém, os campos de concentração não eram propriamente uma novidade para os europeus, já tinham sido empregados nas colônias, tanto pela Inglaterra, quanto pela França (Mbembe, 2020). A novidade residia na forma de operar e executar dos campos de concentração nazistas, ou seja, o emprego de uma racionalidade industrial e uma capacidade de segregação ainda não vistas na história da humanidade.

A unidade SS encarregada dos campos de concentração e de extermínio era a *Totenkopfverbände* (Unidade de Cabeça da Morte). Nos campos de extermínio, ela criava um esquadrão dos próprios deportados para gerir as câmaras de gás e os crematórios, o *Sonderkommando* (esquadrão especial), que levava os prisioneiros nus para as câmaras de gás, arrastava os cadáveres para “verificar se nos orifícios dos corpos não estavam escondidos objetos preciosos; [...] depois [levava] os cadáveres até os fornos crematórios” (Agamben, 2008, p. 34).

Dos campos, Auschwitz não é apenas o símbolo de uma marca histórica do horror nazista, mas símbolo do “espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra” (Agamben, 2008, p. 9), o que nos remete à interpretação de Hanna Arendt sobre a “banalidade do mal”.

Auschwitz é o lugar-símbolo em que o estado de exceção coincide com a regra “e a situação extrema converte-se no próprio paradigma do cotidiano [...] o mundo visto em situação extrema que se tornou a regra (segundo alguns filósofos, o nome da situação extrema é Deus)” (Agamben, 2008, p. 57-58).

O campo não é simplesmente a negação da vida ou a morte em larga escala, seu horror não ofende só a dignidade da vida, mas a dignidade da morte, onde não é passível de reconciliação, como dizia Arendt. Em Auschwitz, havia uma produção de cadáveres, “Cadáveres sem mortes, não-homens, cujo falecimento foi rebaixado à produção em série. [...] É precisamente a degradação da morte que constituiria [...] a ofensa de Auschwitz, o nome próprio do seu horror” (Agamben, 2008, p. 78).

Nos campos de concentração, a força destrutiva da pulsão de morte voltou-se ao aniquilamento do “inimigo”, produzido para dar vazão ao que de pulsional existe além da vida em civilização. Neste sentido, “é impossível não ver em que medida a civilização é construída sobre a renúncia instintual [pulsional], o quanto ela pressupõe justamente a não satisfação

(supressão, repressão, ou o quê mais?) de instintos [pulsões] poderosos” (Freud, 1930/2010b, p. 40).

O mal-estar na civilização é assim um efeito da dicotomia entre a satisfação da pulsão e a vida em sociedade, mas o retorno do recaiado é sempre possível, o próprio Estado pode se apresentar como um pai devastador, que detém a exclusividade da pulsão mortífera em sua avassaladora forma destrutiva, como se verifica no exercício da necropolítica.

Da guerra à necropolítica

Necropolítica é um conceito criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, apresentado em um ensaio de mesmo nome. Para Mbembe, a necropolítica é um conjunto de estratégias de morte e soberania na economia de um Estado, são “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (Mbembe, 2016, p. 146).

Segundo ele, a noção de necropolítica e necropoder desvendam as formas em que a destruição em massa cria “mundos de morte”, uma existência social com *status* de “mortos-vivos”. Partindo do modelo econômico das colônias até os dias atuais, ele “pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2016, p. 123).

Se a guerra pode ser vista como evento isolado no tempo, nascida de um conflito entre nações, na necropolítica o cenário é outro. O conflito é substituído pela política de governo, uma política que sustenta e fomenta a morte dentro da própria nação.

Mas nem tão diferentes assim são esses dois cenários. A célebre proposição do general prussiano, Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780-1831), de que “a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios” é ainda mais contundente na versão de Foucault de que “a política é a guerra continuada por outros meios”, revelando o circuito mortífero que pode existir entre uma situação e outra. Foucault apresenta tal formulação no curso ministrado no *Collège de France*, nos anos de 1975-1976, publicado com o título *Em defesa da sociedade*.

Se a guerra pode ser vista como um meio de alcançar a soberania, ela também é uma forma de exercer o direito de matar. Segundo Mbembe, “Se consideramos a política uma forma de guerra, [...] que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?” (2016, p. 123-124) A discussão sobre o estado de exceção trazido pelo nazismo e seus campos de extermínio, ou campos de morte, se revela “como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva, e como o último sinal do poder absoluto do negativo” (Mbembe, 2016, p. 124).



Nessa perspectiva, o estado de exceção passa a ser a regra político-jurídica, ela será tão somente “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2016, p. 125). Tal atuação surge de um poder, de um Estado que “continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (Mbembe, 2016, p. 126).

Foucault já havia proposto a noção de biopoder, estabelecendo a diferença entre os que devem morrer e os que devem viver, em função de um corte biológico que divide as pessoas em grupos, desembocando no conceito de racismo. Assim, o “racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘aquele velho direito soberano de morte’” (Mbembe, 2016, p. 128).

Seja nas relações entre colonizadores e suas colônias, no comércio de escravos ou no horror da guerra, para Mbembe (2016), o que importa é apontar os mecanismos de subjugação, onde o traço persistente é o de exercício de um poder à margem da lei, em que a paz é a face de uma guerra sem fim. O necropoder opera em qualquer época, a cidade do “colonizado” é uma cidade de fome de tudo, uma cidade de joelhos. Em alguns casos, o que se vê é que “a violência colonial e a ocupação são profundamente subscritas pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade” (Mbembe, 2016, p. 136).

Considerações Finais

A proposta desta pesquisa passou por investigar na pulsão de morte um fio condutor que pudesse explicar os horrores da guerra. Neste sentido, foi preciso partir da pulsão, identificada na demarcação entre o psíquico e o somático como uma força interna e constante, impossível de ser suprimida pela fuga, que, mais tarde, deixaria à pulsão mortífera o legado do segundo dualismo pulsional. E o princípio do prazer estaria a serviço da pulsão de morte, deixando à pulsão sexual apenas o trabalho de retardar o inexorável objetivo.

Na tentativa de responder, ainda que parcialmente, ao enigma do real insuportável da guerra, vimos que Freud apontou claramente o funcionamento psíquico inconsciente, onde os opostos convivem e até coincidem: não conhece a própria morte, mas deseja a do inimigo, pois aquilo que é primitivo no psiquismo é imperecível.

Por isso, para Freud, seria imperativo uma renúncia pulsional para manter o pacto civilizatório, o que nos protegeria de alguma forma contra a barbárie, caso contrário, o ser humano subjugaria seu semelhante e gozaria dele de todas as formas, retornando ao império da lei do mais forte. Mas Freud demonstrou, em sua carta a Einstein, que esse pacto é frágil, mesmo diante de uma cultura ilusoriamente consolidada e para a surpresa de Freud, os ganhos culturais, científicos, tecnológicos podem ser utilizados para tornar a dominação e a subjugação mais eficazes, ao mesmo tempo mais sutis.

A partir do recorte do horror nazista, a guerra revelou claramente a pulsão de morte em sua face destrutiva e cruel, apontando como o Estado é capaz de criar um sistema que sustenta a produção da morte em escala industrial em um regime de exceção, que acaba por se tornar a regra.

A relação enamorada e servil da massa com seu líder, que reside na identificação e no investimento libidinal entre seus participantes, demonstrou a importância do estudo do narcisismo e da teoria das pulsões para a noção de narcisismo das pequenas diferenças, que levaria ao ódio pelos “infiéis” e “inimigos”, sendo capaz de matar por ninharias.

Por fim, o conceito de necropolítica de Mbembe revelou como a paz é tão somente a continuidade da guerra por outros meios, definindo quem deve morrer e quem deve viver. É assim que o Estado, considerado uma construção cultural, estabelece uma guerra permanente não contra um inimigo externo, mas contra seus próprios cidadãos.

Este mesmo Estado mortífero se utiliza do racismo como tecnologia para a identificação dos grupos sobre os quais exercerá seu necropoder, sua violência soberana de morte, sem precisar da delimitação dos campos ou da declaração de guerra, mais uma vez encontramos aqui uma aproximação com uma formulação de Freud, a de que o Estado reivindica para si a exclusividade de matar.

E assim, entendemos que o totalitarismo resurge de várias formas e se perpetua mesmo em tempos de suposta paz. Uma paz restrita a alguns grupos, a uma pequena camada da população. Cabe à ética da psicanálise apontar, discutir e se insurgir contra tais relações de poder que se valem da pulsão de morte, da sua vertente de destruição.

A questão que se coloca é como fazer valer a aposta de Freud em Eros, no fortalecimento da reflexão, na internalização da tendência à agressividade e na evolução cultural, quando na contemporaneidade vemos um enfraquecimento dos laços sociais e afetivos. Assistimos ainda um ataque ao intelecto e o enaltecimento da ignorância, o anonimato da internet a favorecer a agressividade, enquanto a evolução cultural não é tão evoluída como chegamos a imaginar, afinal o fascismo e nazismo voltaram.

Entendemos que o psicanalista não deve recuar diante destes aspectos da sociedade contemporânea, mas firmar-se na aposta de Freud e empenhar-se em sustentar a falta, operada pela castração simbólica, que faz existir o sujeito do desejo.

Referências

ABL, Academia Brasileira de Letras. *Dicionário novas palavras*. Disponível em <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/necropolitica>>. Acesso em 06/06/2022.

Adorno, Theodor (1951). A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *Margem esquerda*, v. 7, Rio de Janeiro: Boitempo. 2006. Acesso em 18 de outubro de 2022. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>>.

Agamben, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo. 2008.

Bauman, Zigmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

Bursztein, Jean-Gérard. *Hitler a tirania e a psicanálise: ensaio sobre a destruição da civilização*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

Evans, Richard J. *O Terceiro Reich no poder*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 13 ed. 1998.

Foucault, Michel. (1975-1976). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Freud, Sigmund. (2005). Carta de Freud a Einstein In: *Um diálogo entre Einstein e Freud: por quê a guerra?* Santa Maria: FADISMA, 2005. (Original publicado em 1932).

Freud, Sigmund. (2010a). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12. (Original publicado em 1915).

Freud, Sigmund. (2010b). “O mal-estar na civilização”. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18. (Original publicado em 1930).

Freud, Sigmund. (2011a). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. vol. 06. (Original publicado em 1905).

Freud, Sigmund. (2011b). Introdução ao narcisismo. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 12. (Original publicado em 1914).

Freud, Sigmund. (2011c). O [a] instinto [pulsão] e seus destinos. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 12. (Original publicado em 1915).

Freud, Sigmund. (2011d). Introdução a psicanálise das neuroses de guerra. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 14. (Original publicado em 1919).

Freud, Sigmund. (2011e). Além do princípio do prazer. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 14. (Original publicado em 1920).

Freud, Sigmund. (2011f). Psicologia das massas e análise do eu. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15. (Original publicado em 1921).

Freud, Sigmund. (2011g). O eu e o isso. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16. (Original publicado em 1923).

Freud, Sigmund. (2013). O tabu da virgindade (contribuições à psicologia do amor III). In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 9. (Original publicado em 1917).

Freud, Sigmund. (2014). O futuro de uma ilusão. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17. (Original publicado em 1927).

Fuks, Betty Bernardo. O pensamento freudiano sobre a intolerância. *Psicologia Clínica* [online]. v. 19, n. 1, pp. 59-73. Acesso em 10 outubro 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000100005>>. Epub, 2007.

Jaques, Ana Augusta Brito. As neuroses de guerra e traumáticas: respostas do sujeito à barbárie. *Trivium*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 10-24, jun. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912012000100003. Acesso em 08 nov. 2022.

Jorge, Marco Antonio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v. 2: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Klemperer, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. 1a Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Longerich, Peter. *Heinrich Himmler: uma biografia*. 1a Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

Longerich, Peter. *Joseph Goebbels: uma biografia*. 1a Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

Mbembe, Joseph-Achille. Necropolítica. In: *Arte & Ensaios*. n. 32. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, dezembro 2016. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em 06/06/2022

Rudge, Ana Maria. *Trauma*. Psicanálise passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

Citação/Citation: Couto, R.; Souza, L. A. (2023). *Pulsão de morte, da guerra à necropolítica*. Trivium: Estudos Interdisciplinares (Ano XV, no. 2.), pp. 96-106.

Recebido em: 13/09/2023
Aprovado em: 19/11/2023